

WENCESLAU ESCOBAR E A OPOSIÇÃO AO BORGISMO (1906-1923)

Francisco das Neves Alves*

INTRODUÇÃO

As peculiaridades do processo de transição monarquia-república no Rio Grande do Sul culminaram com a deflagração do mais grave conflito que marcou a instauração da nova forma de governo no país, a Revolução Federalista (1893-5), que, por sua vez, estabeleceu profundas marcas na vida política rio-grandense, com "heranças" que perduraram até a década de 1930. Nesse quadro, a "produção" histórica desse período teve como característica praticamente dominante o engajamento político-partidário.

A obra de Wenceslau Escobar se inseriu nesse contexto, intimamente ligado aos federalistas, ele elaborou uma série de textos, que se constituíram em verdadeiros pronunciamentos políticos de oposição aos primeiros governantes republicanos do Rio Grande do Sul. Dentre seus escritos, os *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*, narração dos acontecimentos político-militares da Revolução Federalista, segundo a versão dos rebeldes, é o mais conhecido, porém o autor produziu ainda uma série de discursos, artigos e livros envolvendo a temática da formação republicana rio-grandense e brasileira.

O objetivo do presente trabalho consiste em identificar e analisar a postura oposicionista de Wenceslau Escobar ao governo Borges de

* Professor do Departamento de Biblioteconomia e História da Universidade do Rio Grande / Aluno do Curso de Pós-Graduação em História – Mestrado em História do Brasil – PUCRS.

Medeiros e ao aparelho castilhistaborgista, que permitiu a manutenção do Partido Republicano Rio-Grandense por três décadas no poder. Nesse intento, foram abordados os escritos do autor entre 1906 – ano em que assumiu uma cadeira no parlamento brasileiro, defendendo o programa federalista – e 1923, momento no qual o acirramento dos confrontos políticos levaria à nova guerra civil e em que o discurso anti-borgista de Escobar chegava ao ápice.

Do período em destaque, além do livro já citado, serão analisados: os *Discursos Parlamentares*, uma série de pronunciamentos realizados na Câmara dos Deputados, entre 1906 e 1908; *Unidade Pátria*, escrita no intuito de promover a manutenção da "comunhão brasileira", ao discutir questões como língua, raça, letras, tradições, costumes, direito, religião, viação e impostos; *30 Anos de Ditadura Rio-Grandense*, libelo que historia a formação republicana rio-grandense até 1922; e *Pela Intervenção no Rio Grande*, contendo oito artigos e duas cartas abertas ao governador do Rio Grande do Sul, defendendo a renúncia deste e/ou a intervenção federal no estado.

1 – WENCESLAU ESCOBAR: A HISTÓRIA A SERVIÇO DA POLÍTICA

Wenceslau Pereira Escobar¹ nasceu em São Borja (RS), a 8 de dezembro de 1857 e faleceu no Rio de Janeiro, a 14 de abril de 1938; assim, como grande parte dos políticos rio-grandenses, contemporâneos do autor, formou-se em Direito, no ano de 1880, na Faculdade de São Paulo. Dedicou-se à advocacia, sendo versado em Direito Constitucional, além do que foi Promotor Público e Juiz Municipal em sua cidade natal, atuando como Deputado Provincial, em 1881. Já na República, foi um seguidor do gasparismo, militando no Partido Federalista, chegando a ser eleito deputado para o período entre 1906 e 1908.

1 Os dados sobre Wenceslau Escobar foram elaborados a partir de: BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1902. v. 7. p. 345.; MARTINS, Wilson. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1978. v. 6. p. 212.; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense*. Porto Alegre: A Nação/IEL, 1974. p. 178.

Dedicou-se também ao jornalismo e foi diretor da revista porto-alegrense *A Lei*, em 1892. Sua carreira de jornalista e historiador foi fortemente marcada por suas convicções políticas, tendo publicado ampla quantidade de artigos na imprensa e as obras: *O Gabinete de 5 de Janeiro* (1880), *Cartas Abertas ao Senador Pinheiro Machado* (1904), *Unidade Pátria* (1914), *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893* (1919), *Réplica aos Contraditores dos meus Apontamentos para a História da Revolução de 1893* (1921), *30 Anos de Ditadura Rio-Grandense* (1922), *Pela Intervenção no Rio Grande – Renúncia do Dr. Borges de Medeiros* (1923), *Discursos Parlamentares – 1906-1908* (1926), *Finanças e Política – 1926-1929* (1930), *Esboço da Reforma da Constituição* (1931) e *Decurso de uma vida* (1937).

Ao "historiar", Wenceslau Escobar não omitia suas tendências político-partidárias, buscando utilizar seus escritos como uma resposta às versões entabuladas pelos adeptos dos governos castilhista e borgista, ou ainda como uma arma discursiva contra esses mesmos governantes. A respeito da historiografia produzida sobre a Revolução Federalista, afirmou:

Até hoje só escreveram, mais largamente, sobre esta revolução e quando o calor das paixões estava longe de ser moderado ou extinto pelo tempo, partidários da legalidade, naturalmente interessados em desfigurarem e até encobrirem fatos repulsivos, de negregada memória, que se hão de agarrar às carnes da facção vencedora.²

Escobar considerava que, ao escrever, estaria prestando um "inesestimável serviço" de esclarecimento a sua pátria, deixando

um testemunho que lego aos vindouros de um esforço em prol da paz da família rio-grandense, da verdade do regime federativo, que, no Rio Grande, com a cumplicidade dos poderes federais é, há 30 anos, uma sombra.³

Segundo o autor, suas obras serviriam para "mostrar quanto os governos rio-grandenses" que se diziam republicanos, tinham "abastardado o caráter dos filhos dessa unidade da pátria", para "desfazer a lenda de ser (...) Borges de Medeiros o modelo do Presidente de Estado" e para

2 ESCOBAR, Wenceslau. *Apontamentos para a História da Revolução Rio-Grandense de 1893*. Brasília: Ed. da UnB, 1983. p. 4.

3 COBAR, Wenceslau. *Pela intervenção no Rio Grande – renúncia do Dr. Borges de Medeiros*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1923. p. 3.

"clamar contra o regime" que, a seu ver, tinha "deslustrado as tradições do nome rio-grandense".⁴

De acordo com seus objetivos, Escobar caía em contradição na utilização dos conceitos isenção/imparcialidade, admitindo não ser possível praticar o primeiro, propondo-se, entretanto, a tratar os fatos de forma imparcial, característica que teria sido adquirida através do distanciamento cronológico com relação ao desencadeamento dos eventos, no caso, a Guerra Civil de 1893:

Não tenho a pretensão de escrever com absoluta isenção de ânimo: sou homem, tomei parte pelo coração e pelas idéias nessa lamentável luta fratricida. Procurei, no entanto, expor os fatos com a possível imparcialidade, limitando para isso, a meu favor, não só o quarto de século que já nos distancia desse cruento sucesso, senão também a madureza dos anos, poderoso calmante para ajuizarmos dos acontecimentos com menos paixão e mais justiça.⁵

A "imparcialidade" do autor ficava limitada a partir das convicções político-partidárias manifestadas em seus escritos, bastando para isso observar as reações que seus Apontamentos geraram, fazendo com que ele tivesse de elaborar "réplicas a seus contraditores". Além disso, se o passar do tempo fosse o "poderoso calmante", que eliminasse as parcialidades, o mesmo não se aplicaria às demais obras de Escobar, escritas no calor das disputas.

Assim, "o autor não estava isento de paixão, seus olhos marejados de lágrimas pelos correligionários maragatos mortos não lhe permitiam ver as loucuras e infâmias cometidas também pelos revolucionários", deixando-se "levar pela dicotomia do bem e do mal".⁶ De modo que, as obras de Wenceslau Escobar refletiam as características da "produção" histórica daquele momento, na qual "o distanciamento crítico em relação ao objeto (era) um aspecto praticamente ausente", manifestando-se "a bipolarização política entre republicanos e federalistas (...) em escritos e pronunciamentos".⁷

4 ESCOBAR, Wenceslau. *30 anos de ditadura rio-grandense*. Rio de Janeiro: Canton & Beyer, 1922. p. III e VII.

5 ESCOBAR. *Apontamentos...* p. 4.

6 FLORES, Moacyr. *Historiografia da Revolução Federalista*. In: FLORES, M. (org.). *1893-95: A Revolução dos Maragatos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1993. p. 123.

7 PICCOLO, Helga Iracema Landgraf. *A Revolução Federalista no Rio Grande do Sul: considerações historiográficas*. In: ALVES, F. N. & TORRES, L. H. *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: FURG, 1993. p. 69.

Nesse quadro, a visão de Escobar sobre o processo histórico rio-grandense, alinhava-se a das tradicionais oposições do estado que, impossibilitadas eleitoralmente e, de forma temporária, militarmente, buscavam minar, através do discurso, o status quo castilhista-borgista.

2 – AS CRÍTICAS AO APARELHO CASTILHISTA-BORGISTA

A partir da proclamação da República, os republicanos rio-grandenses, através de sua liderança maior, Júlio de Castilhos, buscaram o controle político do estado, para o qual foi montado um aparelho político-eleitoral, militar e constitucional, que, moldado em idéias positivistas, garantiu a sua permanência no poder, principalmente a partir da vitória na Revolução Federalista. A base das práticas castilhistas consistia num "exclusivismo" político que permitia um predomínio incontestado dentro do Partido Republicano Rio-Grandense, assim como no alijamento total dos outros partidos do processo eleitoral. Dessa maneira, no Rio Grande do Sul, se estabeleceu uma forte oposição, com níveis variáveis de organização e coesão, mas tendo como elo de ligação o combate ao castilhismo/borgismo. Sem possibilidades de sucesso no processo eleitoral e esgotadas militarmente, após a Revolução de 1893, restara a essas oposições o combate político-ideológico ao aparelho montado por Júlio de Castilhos e completado por seu sucessor e herdeiro, Borges de Medeiros.

A obra de Wenceslau Escobar caracterizou-se por essa combatividade política e ataques veementes ao modelo castilhista/borgista; segundo o autor, os ocupantes do poder, tanto em nível nacional quanto regional, haviam subvertido a essência do regime republicano.

Para Escobar, um dos pontos básicos que maculava as estruturas e o funcionamento da nova forma de governo era a quebra da harmonia entre os três poderes, com o predomínio do Executivo que, "exorbitando com freqüência de suas atribuições (desacatava) o Judiciário, (menosprezava) o Legislativo, e sobrepondo-se a todos os poderes" utilizava "a seu bel prazer (os) dinheiros públicos".⁸ Segundo ele, essa distorção era ainda mais evidenciada na Constituição do Rio Grande do Sul, onde o Legislativo tinha poderes quase que exclusivamente "consultivos":

⁸ ESCOBAR, Wenceslau. *Unidade pátria*. Porto Alegre: Globo, 1914. p. 184.

(...) é esta divisão perfeita, escrupulosa, que nego haver na Constituição rio-grandense, porque ali o Poder Executivo é competente para legislar sobre justiça, instrução, força pública, terras devolutas, telégrafos e correios estaduais, matéria eleitoral, enfim (...) até a própria lei pela qual, em dada eventualidade, terá de ser responsabilizado.⁹

Especialista em Direito Constitucional, Escobar utilizou seus conhecimentos para combater o principal arcabouço do predomínio republicano no estado, a Constituição, que garantia através de mecanismos eleitorais a perpetuidade do grupo situacionista no poder. Para ele, aquela carta não estava em harmonia com os princípios constitucionais da União, alegando a necessidade de uma revisão de princípios e reforma constitucional, chegando a pleitear, quando deputado, a formação de uma comissão que promovesse esse intento.

Nesse contexto, o autor acusava que desde a formulação do projeto constitucional rio-grandense, ele "não se tinha inspirado nos princípios democráticos, na verdade do regime federativo, mas na doutrina daqueles que (preconizavam) a ditadura como a melhor forma de governo", enfim dos que faziam "a apoteose dos governos dos Francias e dos Rosas". Assim, para ele, a Constituição rio-grandense não era "absolutamente republicana", e sim "uma ditadura mascarada de democracia" e "uma verdadeira excrescência no mecanismo constitucional da República", que não garantia sequer as "liberdades públicas".¹⁰ Apontava ainda como inconcebíveis e inconstitucionais a nomeação do vice-presidente pelo presidente, a inelegibilidade de não-rio-grandenses para o governo do estado, a possibilidade da reeleição presidencial e a organização das eleições por parte do Executivo.

Escobar afirmava que a reforma da "constituição ditatorial do Rio Grande" fora uma das causas da Revolução de 1893 e que "embora manifestadamente atentatória dos princípios constitucionais da União" ficara "intacta, amparada pela força material e moral do governo da República", que sustentara aquela "máquina compressora das liberdades rio-grandenses".¹¹ Questionava ainda sobre o destino do país, se outras unidades da federação adotassem o modelo rio-grandense:

9 ESCOBAR, Wenceslau. *Discursos parlamentares (1906-1908)*. Porto Alegre: Globo, 1926. p. 154.

10 ESCOBAR. *Discursos...* p. 4-5.

11 ESCOBAR. *Apontamentos...* p. 340.

Se os outros estados, a exemplo do Rio Grande, se constituíssem tomando por base os princípios de uma monarquia eletiva, de uma teocracia, oligarquia, ou república aristocrática, a que ficaria reduzida a República Federativa do Brasil? A uma reunião híbrida de estados sem nexos que os ligasse entre si; deixaria de ser (...) uma associação de muitos estados debaixo do mesmo governo.¹²

As idéias de Wenceslau Escobar estavam voltadas para o pensamento e as práticas do liberalismo, militante do Partido Federalista, foi herdeiro dos princípios gasparistas no que concerne à organização do Estado. Segundo o autor, "o ponto fundamental a modificar" na lei orgânica nacional era "a rigidez do regime presidencial", para isso era necessário que "os ministros de estado (fossem) solidariamente responsáveis pelos atos do poder executivo, tanto políticos como administrativos". Defendia também a "eleição do Presidente da República pelo Congresso", pois, para ele, "a eleição presidencial por sufrágio direto do povo (era) uma burla", visto que "em povo de escassa cultura a excelência desse princípio democrático não (poderia) dar resultado", e só o Congresso seria a "corporação ilustrada e a mais competente para conhecer os cidadãos na altura de ocuparem o posto de primeiro magistrado da nação".¹³ Assim, de acordo com os ideais de Gaspar da Silveira Martins, Escobar propunha a implantação de um sistema parlamentarista no país.

Em consonância com o pensamento liberal no qual se alinhava a maior parte dos grupos oposicionistas do Rio Grande do Sul, Escobar considerava que "o chefe de um estado republicano" deveria "dirigi-lo com critério, prudência e patriotismo", devendo, "igualmente, ser o funcionário da mais alta confiança do povo",¹⁴ e, quando não mais respeitasse esses princípios, deveria ser afastado por aqueles mesmos que o elegeram. De acordo com essas idéias, era natural e completamente justificável seu combate à "ditadura rio-grandense".

3 – A OPOSIÇÃO A BORGES DE MEDEIROS

Após o final da Revolução Federalista, com a consolidação do controle do estado pelo Partido Republicano Rio-Grandense e a manu-

12 ESCOBAR. *Discursos...* p. 11.

13 ESCOBAR. *Unidade...* p. 190-6.

14 ESCOBAR. *Discursos...* p. 9.

tenção do aparelho autoritário em moldes positivistas, garantiu-se a continuidade no poder do modelo castilhistaborgista. As oposições permaneceram atuando, porém debilitadas, com níveis de articulação pouco razoáveis e sem chances político-eleitorais; os herdeiros do gasparismo continuaram reunidos no Partido Federalista e as diversas dissidências republicanas tentaram agrupar-se em novos partidos como, por exemplo, o Partido Republicano Liberal (1896) e o Partido Republicano Democrático (1908), ambos de vida efêmera.

Nesse contexto, Júlio de Castilhos continuou governando o estado até 1898, quando passou o poder a seu herdeiro político Antônio Augusto Borges de Medeiros, que governou de forma praticamente ininterrupta até a segunda metade da década de 1920. As contestações a esse predomínio se davam basicamente nos períodos eleitorais, quando as oposições buscavam algum tipo de articulação (como nas eleições de 1907, em que disputaram Carlos Barbosa e Fernando Abbott), mas os agrupamentos dessas eram contingenciais e de curta duração.

Porém, com as eleições federais de 1922 e as estaduais de 1923, as posturas de Borges de Medeiros e a situação político-econômica do estado alteraram esse quadro, dando vida nova aos opositores do borgismo, resultando na eclosão de uma nova luta civil, cujas conseqüências mudariam os rumos políticos do Rio Grande do Sul.

3.1 – A análise político-administrativa do borgismo

Na visão de Wenceslau Escobar, o governo de Borges de Medeiros constituiu-se na continuidade administrativa de Júlio de Castilhos, porém, com o acirramento das posturas autoritárias e de "exclusivismo" político:

Seu governo não dissentiu do de Castilhos, talvez mais aperfeiçoado pelas lições da experiência. O partidarismo foi, em todos os tempos, a sua máxima preocupação. Segundo a política de que se dizia sectário, "a obediência é a base do aperfeiçoamento: cega", por isso, devia ser a chefia ou então excomunhão. Eis o evangelho de sua doutrina política.

Prestígio e força política só uma: a sua.

Mirando este objetivo, tratou de aniquilar todos os chefes locais, cujas influências provinham da estima de seus concidadãos, sobretudo se lhes notava repugnância ao voto de obediência.¹⁵

Escobar criticou constantemente o caráter "ditatorial" de Borges de Medeiros, alegando que "sob este aspecto, o governo (tinha) cavado o túmulo das liberdades rio-grandenses". Para o autor, o Governador "era o próprio feitor da lei, o próprio executor, parte interessada como partidário e o próprio juiz do pleito", e, com ironia, afirmava que Borges de Medeiros "fazia, batizava e, superior em prerrogativas ao vigário da roça, também crismava". Chegou a citar o episódio que se tornou célebre sobre a atuação daquele governante, quando em uma audiência com um intendente do interior, o mesmo foi emitir sua opinião dizendo: "eu penso...", ao que o Governador replicou, afirmando: "você pensa que pensa, mas quem pensa sou eu e você executa".¹⁶ Nesse aspecto, atacou também os procedimentos de Borges de Medeiros quanto ao controle absoluto do funcionalismo público, tanto em matéria administrativa como política. Acusou ainda certa "vigilância" sobre os jornais oposicionistas, crimes políticos e a indicação de intendentes "inadequados" para os municípios, buscando embasar as acusações através de diversos exemplos.

O autor analisou separadamente cada um dos mandatos que Borges de Medeiros tivera até então, estabelecendo apreciações negativas quanto à sua administração. Para ele, o Governador não tomara as devidas providências para o desenvolvimento de diversos setores da estrutura sócio-econômica rio-grandense, como saúde pública, educação, "serviços públicos", comunicações (férrea, fluvial, portos e canais), barragens e colonização, além de não ter promovido nenhum incentivo à incipiente indústria. Para justificar essas opiniões, Escobar lançou mão de uma série de dados numéricos e exemplificações. Assim, a falta de um programa de investimentos econômicos, em nome da defesa dos cofres públicos, empregada a partir das diretrizes borgistas e sintetizada na frase que "num grito da alma de plena satisfação, o senhor do Rio Grande (proclamava): *nem déficit, nem empréstimo*", levava, segundo o autor, à ausência de "progresso", considerando-a como uma "incongruência" e "uma heresia em matéria econômica".¹⁷

15 ESCOBAR. 30 anos... p. 114-5.

16 ESCOBAR. 30 anos... p. 128, 194-5 e 261.

17 ESCOBAR. 30 anos... p. 159 e 207.

Wenceslau Escobar chegou a reconhecer, até certo ponto, a probidade administrativa de Borges de Medeiros, não deixou, porém, de levantar algumas questões que, de certa maneira, colocavam dúvidas quanto aquele fator ser uma verdade absoluta, apontando uma aceitação ou envolvimento indireto do Governador em episódios como na compra de um prédio, por alguns correligionários, para o próprio líder republicano, ou ainda na compra do prédio de *A Federação*, pelo Estado, assim como "subsídios" prestados ao mesmo jornal, utilizando-se verbas públicas, ou também o favorecimento de empregados públicos.

Defensor da idéia de uma intervenção federal no Rio Grande do Sul para eliminar a "ditadura" e reformar a constituição, Escobar considerava que essas atitudes deveriam ter sido tomadas ainda nos primórdios dos governos republicanos, e só não o foram por um "dissimulado respeito a autonomia estadual, mas em verdade obedecendo passageiras conveniências políticas". Desse modo, de acordo com o autor, ampliavam-se as dificuldades para promover "a extirpação do organismo constitucional da República" do "quisto rio-grandense", "principal fonte do abatimento das energias cívicas desse povo". Para ele, somente graças "à resistência heróica do Partido Federalista, o estado gaúcho" ainda não estava "reduzido ao Paraguai dos tempos de Solano Lopes" ou "à Argentina dos tempos de Rosas".¹⁸

O princípio liberal do direito dos povos a se rebelarem contra seus governantes, também se fez presente na obra de Escobar, para ele, "a impossibilidade da vitória (matava) nas oposições o espírito de luta pelas urnas, embora, por outro modo, às vezes, se lhes acendia "na alma"¹⁹ a força para buscar a derrocada do borgismo; oportunidade a qual surgiria com a crise político-econômica do início dos anos 20.

3.2 – A crise dos anos 20 e a exigência de intervenção

As eleições de 1922 para a Presidência da República foram marcadas pelo confronto entre as oligarquias "centrais" (São Paulo e Minas Gerais) e as "periféricas", representadas por Rio Grande do Sul, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro, sendo disputadas por Artur Bernardes, candidato governista, representante do primeiro grupo e Nilo Peçanha,

¹⁸ ESCOBAR. *30 anos...* p. 116-7.

¹⁹ ESCOBAR. *30 anos...* p. 201.

do segundo. A chapa oposicionista foi denominada de Reação Republicana e Borges de Medeiros teve papel decisivo em sua formação e atuação. "A participação do Rio Grande do Sul na Reação Republicana trouxe profundas conseqüências à sua estruturação política, tanto internamente quanto no relacionamento com o restante da federação", estabelecendo-se uma crise que "deveu-se basicamente às próprias contradições do Partido Republicano Rio-Grandense" que passara a representar, "em nível nacional, a oposição, enquanto que, regionalmente era o partido de situação, condição politicamente insustentável".²⁰

Somada a essas contingências políticas, o Rio Grande do Sul, no período pós-guerra, passava por uma grave crise econômica, a qual o grupo governante tornava-se incapaz de superar, pois "formulado e implantado no início do período republicano, o projeto castilhista/borgista não acompanhara o desenvolvimento das forças produtivas, sendo incapaz de resolver as questões colocadas para a área rio-grandense na década de 1920".²¹

A vitória nas eleições federais de 1922, coube ao candidato governista o que colocava em posição delicada os grupos oligárquicos representados na Reação Republicana, notadamente o Governador do Rio Grande do Sul, principal articulador daquele movimento. Essa situação agravou-se, com a deflagração da sedição militar de 1922, pois a jovem oficialidade, que apoiara o movimento oposicionista, diante da derrota eleitoral, partiu para a rebelião armada. Nesse quadro, as oligarquias dissidentes passaram a buscar eximir-se de qualquer ligação ou responsabilidade com relação aos revoltosos, auto-afirmando-se como defensoras da "ordem" e tentando restabelecer a normalidade no interrelacionamento entre as unidades da federação. Esta "volta imediata do Partido Republicano Rio-Grandense à sua posição de membro da aliança que dominava o país (...) revelou o limite das possibilidades do partido em manter uma postura oposicionista".²²

Dessa situação aproveitaram-se as oposições rio-grandenses, articulando-se em torno do nome de Assis Brasil, como adversário de Borges de Medeiros nas eleições estaduais, tendo em vista que elas apoiaram o

20 ALVES, Francisco das Neves Alves. O PRR, a Reação Republicana e a Revolta Militar de 1922. *Biblos*. n. 6. Rio Grande: FURG, 1994. p. 173-5.

21 ANTONACCI, Maria Antonieta. *RS: as oposições & a Revolução de 1923*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. p. 97.

22 PINTO, Céli Regina J. *Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)*. Porto Alegre: L&PM, 1986. p. 79.

candidato situacionista no pleito pela Presidência da República. Assim, já "que os inimigos políticos de Borges no Rio Grande haviam apoiado Bernardes contra Nilo Peçanha, eles confiavam em suas boas relações com o Presidente eleito na obtenção de apoio federal e, se necessário, (de) uma intervenção".²³ Porém, as novas relações não foram suficientes para promover a ruptura do aparelho governista, elegendo-se, mais uma vez, Borges de Medeiros para o Governo do Estado. As oposições acusaram os "desvios" do processo eleitoral e buscaram meios políticos para evitar o novo mandato borgista, não obtendo, entretanto, esse objetivo, passaram à revolta armada, deflagrando-se a Revolução de 1923.

Diante desse contexto, Wenceslau Escobar acirrou suas críticas ao borgismo. Ao comentar a participação rio-grandense na Reação Republicana, ironizou a postura mais "liberal" do Governador do Estado, afirmando que "um dos fatos mais cômicos da vida pública do Dr. Borges de Medeiros foi na última campanha presidencial, ter se apresentado como paladino das verdadeiras normas republicanas". Escobar também atacou a posição borgista de negar qualquer envolvimento com a Revolta de 1922, destacando que essa conduta só foi adotada devido a derrota deste movimento, pois, para ele, se o mesmo triunfasse, Borges de Medeiros "se apresentaria na frente, como o *primus inter pares*, para colher os louros, como o magnate dessa triste aventura" fazendo descer o país "no conceito das nações civilizadas". A partir desses episódios, o autor enfatizava que o governo borgista vinha sendo "o mais deletério do caráter rio-grandense" e "o que mais o tem corrompido e abatido".²⁴

Sobre as eleições estaduais de 1923, Escobar dizia não compreender "que o primeiro magistrado de um estado, para se fazer reeleger, lançasse mão dos mais desbragados e violentos meios de compressão, dos inesgotáveis recursos a seu dispor, dos variados processos da chicana eleitoral para obstar o exercício do voto" e acreditava que "em matéria eleitoral, nunca o país (presenciara) maior desmoralização" e "mais infrene bacanal". O autor enumerava os "desvios" eleitorais praticados pelo borgismo, como o voto de analfabetos, menores, ausentes, defuntos, argentinos e uruguaios, nas cidades de fronteira, além de turmas de

23 LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975, p. 217.

24 ESCOBAR. *30 anos...* p. 275, 281 e 303.

trabalhadores de estradas-de-ferro, transportados às custas do estado e que votavam em diversos municípios. Acusava também a realização das eleições na presença de força armada, a não admissão de fiscais da oposição em várias mesas e os "bárbaros assassinatos" praticados em certas localidades. Wenceslau Escobar ainda afirmou que, apesar de todas essas irregularidades, o governador não havia conseguido atingir o índice de 3/4 para garantir sua reeleição, sendo então necessário manipular os resultados, através de uma "alquimia eleitoral", praticada pela Assembléia, numa comissão "nomeada para esse fim, naturalmente por sugestões do Dr. Borges de Medeiros".²⁵

Sustentando sua postura oposicionista, Escobar definiu a candidatura de Assis Brasil, como a de "um republicano de talento, saber e incontestável valor moral, que provocou intensa vibração de entusiasmo em todas as almas sinceramente democráticas", e que só fora derrotado a partir da corrupção eleitoral, tendo as forças governistas de "socorrer-se de todas (as) portas falsas abertas à fraude contra a livre manifestação da soberania popular".²⁶

Diante dessas circunstâncias, o autor passa a defender insistentemente a intervenção federal no Rio Grande do Sul, visto que:

Nenhuma consciência reta, nenhum espírito rudimentar iluminado por mediano critério pode negar (...) a justiça da intervenção federal no estado em que seu próprio governo oprima as liberdades públicas tolha ao povo ou aos adversários, a faculdade de livremente escolherem seus mandatários privando-lhes do direito de voto, a base fundamental de todos os governos representativos.²⁷

Escobar chegou a publicar cartas abertas ao governador Borges de Medeiros, conclamando-o, em nome da "pacificação" do estado, a renunciar. Numa delas (23/3/1923) dizia:

Se tendes amor à nossa terra, se colocais seu bem estar e progresso acima de vossa pessoa e partido, que dizeis não querer trair, não deveis vacilar um momento em abrir mão do cargo que indevidamente ocupais e no qual vos quereis perpetuar, [sendo] a origem de todas essas desgraças.²⁸

25 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 5 e 11.

26 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 9.

27 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 7.

28 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 23.

Wenceslau Escobar definiu a Guerra Civil de 1923 como "a revolução que está na grande maioria das almas da população rio-grandense" e que dominava "não pequena parte do estado", sendo promovida por "homens (...) dispostos à luta pela conquista de um regime livre, verdadeiramente republicano" e "mascarado há mais de 20 anos por ferrenha ditadura".²⁹

Com a eclosão da revolta Escobar encontra ainda maiores justificativas para a intervenção federal no estado, chegando a embasar suas argumentações com os pareceres de diversos juristas sobre a legalidade daquela atitude. Para o autor, a intervenção além de justificável era profundamente necessária para o restabelecimento da "ordem" no Rio Grande do Sul, chegando até a imputar certa culpabilidade ao governo federal pela continuidade do movimento:

Não fosse o distinto Presidente da República iludido por sua boa e louvável intenção, e não estaríamos, hoje, vendo talados os campos do próspero estado sulino. Nunca é tarde para fazer o bem, evitando a continuação do mal. (...)

Por que então não intervir desde já para por um paradeiro a tanta desgraça? (...)

O Governo Federal deve intervir para manter a autoridade nacional, manter a ordem, manter a tranquilidade, assegurar a execução das leis e a eficácia dos direitos; deve intervir por direito próprio, independente de qualquer solicitação [para] regularizar situações abusivas existentes em proveito de grupos governantes e de situações eternizadas nos estados.³⁰

As críticas de Escobar ao borgismo estenderam-se às atitudes do governador para debelar a revolta, considerando-as ilícitas e inconstitucionais, como as práticas de requisições e recrutamentos forçados, além da utilização de contingentes estrangeiros, que estariam "invadindo", sob as ordens do grupo governista, o território nacional para combater os rebeldes. O autor acusava Borges de Medeiros de estar contribuindo com o prolongamento da rebelião devido a suas ambições pessoais, segundo ele, o governador preferia a continuidade da guerra a perder o poder, justificando-se, assim, mais uma vez, a intervenção:

(...) conhecendo-se a sua incontida ambição e caprichoso feito, sem intervenção, a atual guerra civil pode prolongar-se por largo tempo.

29 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 35.

30 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 32, 37 e 79.

Embora, mesmo, reconheça a impossibilidade de vencer, a idéia da entrega do governo ao interventor [o faz] recuar, aterrado desse pedido, causando-lhe mais temeroso pavor que o pensamento de arrasar o estado e alagá-lo em ondas de sangue e lágrimas.³¹

Conclusivamente, Wenceslau Escobar considerava que somente com o final do borgismo, o Rio Grande do Sul superaria "uma época de vergonhosa bastardia política, de completa subversão dos sentimentos patrióticos ou de um incondicionalismo igual aquele que endeuçou Nero, quando abriu o ventre materno para ver o lugar onde se gerou".³²

Nesse quadro, a atuação político-militar das oposições durante a Revolução de 1923, somada à pregação ideológica de seus arautos, entre os quais estava incluído Wenceslau Escobar, levaram a importantes passos em direção à derrocada final do poderio borgista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A obra de Wenceslau Escobar exprime as vivências, práticas e posturas das oposições rio-grandenses durante a República Velha. Aliadas do processo eleitoral, restava-lhes ou o penoso caminho das armas, de certa forma desgastado com a derrota no movimento de 1893-5, ou a pregação político-ideológica através de livros e jornais. Dessa forma, Escobar buscou combater a visão predominante, republicana/governista, e mostrar a versão dos rebeldes quanto à Revolução Federalista e todas as seqelas a partir dela estabelecidas. Partidário dos federalistas/gasparistas e defensor do ideário liberal, o autor dedicou seus escritos a criticar a "ditadura positivista" e ao aparelho castilhistaborgista criado para mantê-la.

Escobar ao escrever estabelece uma narração opinativa na qual a apreensão e a abordagem do objeto ocorrem de forma subjetiva e parcial, uma vez que o autor escolhe os "episódios" que quer ressaltar, de acordo com suas conveniências e utiliza-os de forma a corroborar suas opiniões. Ao intentar deixar ensinamentos para as "gerações futuras", ele busca "historiar" os acontecimentos, pratica, no entanto, uma "história pragmática", voltada a suas convicções político-partidárias.

31 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 43.

32 ESCOBAR. *Pela intervenção...* p. 84.

Ao produzir uma obra combativa, apontando as falhas e contradições do modelo castilhistaborgista, Wenceslau Escobar permite identificar o papel das oposições rio-grandenses na desagregação desse mesmo sistema, bem como o significado dos conflitos produzidos nos primeiros anos do Rio Grande do Sul republicano que, não sendo exclusivamente político-militares, constituíram-se também em verdadeiros confrontos pelo discurso.